


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE - RO

CONTROLADOR INTERNO

Código da Prova

S02 Z
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: 3 horas e 30 minutos

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Confie naquilo que aprendeu: você fez seu caminho até aqui e não pode desistir agora!”



ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões.

O PAPEL DO PAPEL

Comecei a escrever sobre o mundo da tecnologia da informação em 1987, quando ele ainda nem atendia por esse nome. Dizíamos apenas “informática”, e o termo englobava tudo, até visões opostas do que estava em jogo. Para a maioria, informática era a definição de um universo habitado por nerds e máquina, inenarravelmente chato; para a minoria que habitava o tal universo, era uma coleção de maravilhas e de possibilidades que mudariam o mundo. O tempo se encarregou de mostrar que estávamos certos. E embora a ideia do que é ou não chato seja altamente subjetiva, o fato é que mesmo quem não suportava (e ainda não suporta) computadores, hoje tem uma vida mais divertida graças ao que se cozinhava naquele caldeirão. O que ninguém poderia imaginar, porém, era quanto e como o mundo mudaria.

Era impossível, na época, prever o impacto planetário da internet. Por outro lado, muitos estavam convencidos de que caminhávamos, a passos largos, para uma sociedade sem papel. Teríamos pequenos computadores de bolso, extensão dos desktops de casa, que usaríamos para carregar nossos dados, fazer anotações e mesmo pagar as contas via IFRD (infravermelho) com aparelhos universalmente espalhados pelo comércio. Adeus dinheiro de papel, recebidos, papelada! O palm foi, até certo ponto, a materialização dessa ideia, mas nunca tomou o lugar dos cartões de crédito. Os celulares, que vieram correndo por fora, começam agora a apontar nessa direção.

Todas as necessidades de comunicação, leitura e arquivamento se resolveriam eletronicamente. Na sociedade sem papel, as escrivadinhas seriam tão limpas que dariam aflição: nada de livros, bloquinhos, revistas, calhamaços diversos. Pessoalmente, eu não levava a menor Fé nessa visão. Comungava do credo oposto – até porque nunca antes, na história desse planeta, se vira tanto papel. Bastava ver o tamanho dos manuais publicados a cada nova versão de software. Além disso, como os manuais eram invariavelmente ruins, os updates davam filhotes nas livrarias, onde sólidos tomos de centenas de páginas tentavam explicar o que os engenheiros de software não conseguiam.

Ao mesmo tempo, a popularização dos computadores trouxe, na sua esteira, a disseminação das impressoras. Criava-se, aí, um cenário de calamidade, que unia a facilidade de produzir toda a espécie de, vá lá, “conteúdo” – de trabalhos escolares a planilhas e memorandos – à inédita possibilidade de reproduzi-lo ao infinito. Cansei de ver executivos que começavam o dia de trabalho lendo os e-mails... caprichosamente impressos pelas secretárias.

E cansei, eu mesma, de guardar longos estudos e processos, que imprimia para ler na condução entre a minha casa e o jornal.

Fomos salvos da lenta morte por asfixia em montanhas de impressos pelo custo impraticável dos cartuchos de tinta. Estou certa de que, um dia, a humanidade saberá reconhecer este inestimável serviço prestado pelos fabricantes de impressoras.

Parte do mérito cabe também às telas, que aumentaram de resolução, tamanho, visibilidade. Um LCD com 20 polegadas, como que eu uso e que já não é nada demais, oferece indiscutivelmente uma leitura mais confortável do que os velhos monitores de fósforo verde de 10 polegadas (alguém se lembra?). As próprias telinhas dos Blackberries e dos celulares já dão para o gasto. Taí uma tecnologia que evolui com velocidade muito superior à dos e-papers, diversos tipos de papel eletrônico que há tempos vêm sendo pesquisados. Neles, em tese, poderiam circular jornais e revistas, mas estou entre os que acham seu futuro mais certo na área dos cartazes e displays.

O Kindle e outros leitores – cujos primeiros antepassados vieram ao mundo, sem sucesso, no início dos anos 1990 – prometem remover parte das montanhas de papel que ainda nos circundam. São o suporte perfeito para livros de referência e manuais que precisam de atualização, e para livros de leitura rápida, como a maioria dos best-sellers; mas não conseguirão substituir edições caprichadas das obras que amamos, livros de arte ou, no outro extremo, livros de bolso baratinhos. Ou alguém se arrisca a levar um Kindle para a praia?

Cora Rónai – Jornal O Globo, 26/09/2009

Questão 1

“mas não conseguirão substituir edições caprichadas das obras que amamos, livros de arte...” A conjunção tem um papel argumentativo de:

- (A) enfatizar a ideia de ser impossível substituir certos livros.
- (B) minimizar a ideia de ser impossível substituir certos livros.
- (C) equiparar a ideia de que nem toda a tecnologia substituirá certos livros.
- (D) fazer uma analogia entre livros e tecnologia.
- (E) subestimar o papel da tecnologia.

Questão 2

O papel de desafiar o tempo e a tecnologia

Numa era em que a tecnologia digital avança em ritmo cada vez mais acelerado, levando falsos profetas a anunciar, a toda hora, a morte do papel, um caderno especial discute os motivos da sobrevivência dessa invenção que resiste ao tempo. Pesquisadores, artistas e especialistas investigam os desafios de um futuro que aponta para a convivência entre as culturas virtual e impressa.

PROSA & VERSO

O papel do papel

Uma coleção que discute temas de prosa

A notícia acima, comparada com o texto I, tem papel de:

- (A) confirmar a morte do papel.
- (B) naturalizar a ideia do fim dos livros.
- (C) criticar a maioria que continua a se opor à tecnologia.
- (D) enaltecer o papel da tecnologia em detrimento dos livros.
- (E) corroborar o argumento do texto I sobre o papel da tecnologia e o papel dos livros.

Questão 3

“Dizíamos apenas “informática”, e o termo englobava tudo...”. O pronome indefinido destacado refere-se a:

- (A) absolutamente todas as coisas que existem no mundo.
- (B) “universo habitado por nerds e máquina.”
- (C) somente computadores.
- (D) “uma coleção de maravilhas e de possibilidades que mudariam o mundo.”
- (E) computadores de bolso, palm, celulares, Kindle...

Questão 4

“Ou alguém se arrisca a levar um Kindle para a praia?” Pode-se dizer que, nesse trecho, levando em conta o local da publicação, a autora faz um comentário:

- (A) reflexivo.
- (B) argumentativo.
- (C) ponderado.
- (D) irônico.
- (E) desanimado.

Questão 5

“O tempo se encarregou de mostrar que estávamos certos. E embora a ideia do que é ou não chato seja altamente subjetiva, o fato é que mesmo quem não suportava (e ainda não suporta) computadores, hoje tem uma vida mais divertida graças ao que se cozinhava naquele caldeirão.” A respeito das orações que compõem o período destacado, está INCORRETO afirmar que:

- (A) Há duas orações concessivas que atenuam as ideias e as opiniões negativas sobre a tecnologia.
- (B) Há uma oração concessiva que enfatiza as ideias e as opiniões negativas sobre a tecnologia.
- (C) “que estávamos certos” é um objeto direto oracional.
- (D) “que (...)hoje (quem) tem uma vida mais divertida graças ao...” é um predicativo oracional.
- (E) “que se cozinhava naquele caldeirão.” é um adjunto adnominal oracional.

Questão 6

“Fomos salvos da lenta morte por asfixia em montanhas de impressos...” Quem é o agente da passiva?

- (A) “pelo custo impraticável dos cartuchos de tinta.”
- (B) “por asfixia...”
- (C) “por asfixia em montanhas de impressos...”
- (D) pela diminuição da produção de papéis.
- (E) pelos livros de edições caprichadas.

Questão 7

“Criava-se, aí, um cenário de calamidade, que unia a facilidade de produzir toda a espécie de, vá lá, ‘conteúdo’ – de trabalhos escolares a planilhas e memorandos – à inédita possibilidade de reproduzi-lo ao infinito.”. O termo destacado sugere:

- (A) uma exaltação desse conteúdo.
- (B) uma ironia sobre esse conteúdo.
- (C) uma desqualificação desse conteúdo.
- (D) uma crítica desse conteúdo.
- (E) um desprezo por esse conteúdo.

Questão 8

“(...) universo habitado por nerds e máquina, inenarravelmente chato...” Caso o adjetivo *chato* se referir a dois substantivos, a única opção INCORRETA seria:

- (A) nerds e máquina chata.
- (B) nerds e máquina chatos.
- (C) nerds e máquina chatas.
- (D) nerds e máquinas chatas.
- (E) máquina e nerds chatos.

Questão 9

“O Kindle e outros leitores – cujos primeiros antepassados vieram ao mundo, sem sucesso...” O pronome relativo concorda em número e gênero com:

- (A) Kindle e outros leitores.
- (B) primeiros antepassados do Kindle.
- (C) antepassados.
- (D) Kindle.
- (E) os outros leitores.

Questão 10

“Parte do mérito cabe também às telas, que aumentaram de resolução...” Está correta a justificativa da crase:

- (A) Ocorre crase porque é um complemento nominal exigido pelo substantivo *mérito*.
- (B) Ocorre crase porque é um objeto indireto exigido pelo verbo intransitivo.
- (C) Ocorre crase porque é um objeto indireto exigido pelo verbo transitivo indireto.
- (D) Ocorre crase porque é um objeto direto preposicionado.
- (E) Ocorre crase porque é um complemento nominal exigido pela expressão *parte do mérito*.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Questão 11**

Segundo a Lei nº 1.079/50, é permitido a todo Y denunciar o Governador do Estado perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade. Nesse contexto, Y refere-se a:

- (A) cidadão.
- (B) criminoso.
- (C) infrator.
- (D) turista estrangeiro.
- (E) líder religioso apátrida.

Questão 12

Com relação à ausência do servidor público ao trabalho, o Código de Ética Profissional (Decreto nº 1.171/1994) dispõe que:

- (A) em nenhuma hipótese é permitido ao servidor público faltar ao trabalho.
- (B) problemas de saúde do servidor não são justificativa para faltar ao trabalho.
- (C) não há qualquer menção às ausências do servidor ao local de trabalho no referido Código de Ética.
- (D) toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- (E) o servidor que não for trabalhar será preso administrativamente assim que for encontrado, devendo cumprir a punição por pelo menos três dias em cela separada dos demais presos.

Questão 13

Conforme dispõe a Constituição Federal, no serviço público os cargos em comissão não dependem da realização de concurso público para o seu preenchimento, sendo eles declarados em lei de:

- (A) livre nomeação e exoneração.
- (B) validade máxima de até 1(um) ano.
- (C) nomeação por meio de concurso público apenas de provas.
- (D) nomeação por meio de concurso público de provas e títulos.
- (E) candidatura apenas aos maiores de 35 (trinta e cinco) anos de idade.

Questão 14

Suponha que Xeresto, servidor público municipal, tenha solicitado a um cidadão de bem determinada quantia em dinheiro para que “agilizasse” seu processo de concessão de alvará para funcionamento de estabelecimento comercial junto à Prefeitura. Assim, em razão de sua função, Xeresto prometeu ao cidadão que seu processo seria organizado e juntado antes de todos os demais, desde que recebesse a quantia em dinheiro solicitada (na verdade, uma vantagem indevida). Diante dessa hipótese, é possível dizer que Xeresto:

- (A) cometeu infração de trânsito.
- (B) cometeu infração ambiental.
- (C) cometeu crime de corrupção.
- (D) cometeu crime de homicídio.
- (E) não cometeu qualquer irregularidade.

Questão 15

A Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) elenca condutas proibidas e as respectivas sanções para os atos de improbidade:

- I-que importam enriquecimento ilícito;
- II-que causam prejuízo ao erário;
- III-decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário;
- IV-que atentam contra os princípios da administração pública.

Dentre as assertivas acima, estão corretas apenas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 16**

O Microsoft Windows oferece o serviço de armazenamento OneDrive. Os dados gravados no OneDrive ficam armazenados em:

- (A) Pen Drive.
- (B) Hard Disk.
- (C) Memória RAM.
- (D) Nuvem.
- (E) CD ROM.

Questão 17

A rede global Internet é uma rede do tipo:

- (A) LAN.
- (B) WAN.
- (C) MAN.
- (D) WLAN.
- (E) SAN.

Questão 18

O componente de um computador em que são inseridos os pentes de memória denomina-se:

- (A) CPU.
- (B) Interface SATA.
- (C) Placa Mãe.
- (D) Placa de vídeo.
- (E) Placa de Rede.

Questão 19

Dos sites abaixo, aquele que funciona como espaço público, onde colaboradores adicionam e modificam conteúdo, criando uma enciclopédia, denomina-se:

- (A) Youtube.
- (B) Amazon.
- (C) Google.
- (D) Yahoo.
- (E) Wikipédia.

Questão 20

Em uma planilha do Libre Office Calc temos células com os seguintes valores: B1=4; C1= 12 e D1=22.

Se ali fosse inserida a fórmula $=(C1+B1*2)+D1/11$, qual seria o valor da célula A1?

- (A) 12
- (B) 16
- (C) 4
- (D) 22
- (E) 54

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

Temos como finalidade das contas contábeis:

- (A) as representações escrituradas de bens, direitos e obrigações.
- (B) o registro das movimentações transcritas do livro diário, expressando-se monetariamente.
- (C) as representações escrituradas de bens, direitos, obrigações e resultados.
- (D) o registro das movimentações transcritas do livro caixa.
- (E) o registro das movimentações transcritas do livro de contas correntes.

Questão 22

Os regimes de contabilidade praticados no Brasil são Caixa, Misto e Competência. A Administração Pública tem como conceito do regime de competência o seguinte:

- (A) só se reconhece um fato contábil quando se liquida um empenho.
- (B) o fato contábil se caracteriza pelo pagamento da obrigação.
- (C) o fato contábil se caracteriza pelo recebimento de uma receita corrente.
- (D) as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente quando ocorrem.
- (E) as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente quando forem empenhadas.

Questão 23

As Demonstrações Contábeis definidas no campo de aplicação das entidades do setor público são as seguintes:

- (A) Balancete de Verificação, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.
- (B) Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
- (C) Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Balancete de Verificação.
- (D) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Fluxo de Caixa.
- (E) Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstração do Fluxo de Caixa.

Questão 24

A CRFB/88, em seu art. 20, trata dos bens da União; dentre eles temos:

- (A) as ilhas fluviais e lacustres.
- (B) as ilhas costeiras que não contêm sede de município.
- (C) as terras da iniciativa privada onde se cobra nem se arrecada IPTU.
- (D) o mar territorial, os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- (E) as terras devolutas não compreendendo as da União.

Questão 25

O Tribunal de Contas da União, é formado por:

- (A) 11 ministros.
- (B) 10 ministros.
- (C) 09 ministros.
- (D) 08 ministros.
- (E) 07 ministros.

Questão 26

No regular exercício da fiscalização do solo urbano, o poder público municipal, valendo-se da prerrogativa dos poderes do administrador público, estará exercendo o poder da(de):

- (A) hierarquia.
- (B) disciplina corrigida.
- (C) auto-executoriedade.
- (D) polícia.
- (E) coercibilidade.

Questão 27

O Ministério Público da União compreende:

- (A) o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- (B) o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- (C) o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal.
- (D) o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar, do Distrito Federal e territórios.
- (E) o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar e territórios.

Questão 28

Dentre os princípios constitucionais listados no art. 37 da CRFB/88, temos:

- (A) Exonerabilidade, Pessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- (B) Legalidade, Inamovibilidade, Pessoalidade, Moralidade e Eficiência.
- (C) Legalidade, Irredutibilidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- (D) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- (E) Legalidade, Impessoalidade, Imoralidade, Publicidade e Eficiência.

Questão 29

Tem-se como objeto do ato administrativo:

- (A) o conteúdo do ato. Todo ato administrativo produz um efeito jurídico.
- (B) o conteúdo do ato. O ato administrativo não produz efeito jurídico.
- (C) todo ato administrativo está de acordo com a lei.
- (D) todo ato administrativo está de acordo com o interesse público.
- (E) o ato administrativo está embasado na verdade.

Questão 30

A Lei de Responsabilidade Fiscal criou o RGF – Relatório de Gestão Fiscal. Sobre este Relatório, pode-se afirmar que ele é um (uma):

- (A) dos documentos de transparência da Gestão Fiscal.
- (B) demonstração contábil obrigatória.
- (C) demonstração contábil facultativa.
- (D) demonstração contábil facultativa que precisa ser publicada.
- (E) demonstração contábil obrigatória que precisa ser publicada.

Questão 31

O objetivo da Contabilidade Pública é :

- (A) registrar, armazenar e controlar as contas públicas.
- (B) registrar, armazenar e controlar as contas das empresas públicas com ou sem fins lucrativos.
- (C) satisfazer as necessidades dos usuários da contabilidade pública.
- (D) fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo da tomada de decisões.
- (E) fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, sem se preocupar com o processo da tomada de decisões.

Questão 32

Dentre os princípios fundamentais relacionados pela CRFB/88, temos:

- (A) a soberania, a cidadania e a independência dos poderes.
- (B) a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- (C) a igualdade de todos perante a lei.
- (D) a liberdade de manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (E) a casa é asilo inviolável do indivíduo.

Questão 33

Para o princípio do Julgamento Objetivo, temos que:

- (A) o julgamento das propostas deve ser feito de acordo com os tipos de licitações e os critérios objetivos fixados previamente no edital.
- (B) depois de concluído o procedimento licitatório, o Poder Público não pode atribuir o objeto da licitação a outro que não seja o vencedor.
- (C) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da moralidade.
- (D) o menor preço deverá sempre prevalecer.
- (E) a melhor técnica é a que deve prevalecer.

Questão 34

O conceito da Contabilidade Pública é:

- (A) a ciência que estuda o patrimônio das empresas e através de suas técnicas mantém este patrimônio permanentemente atualizado.
- (B) a técnica que estuda o patrimônio das empresas e através de suas técnicas mantém este patrimônio permanentemente atualizado.
- (C) o ramo da contabilidade exercido para a tomada de decisões.
- (D) o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da Fazenda Pública e do patrimônio público e suas variações.
- (E) a ciência que tem como resultado as tomadas de decisões.

Questão 35

A União só poderá instituir impostos residuais através da/de:

- (A) Lei federal.
- (B) Lei extraordinária.
- (C) Lei estadual.
- (D) Lei complementar.
- (E) Lei ordinária ou Medida provisória.

Questão 36

O Órgão Público, reconhecido pela CRFB/88:

- (A) tem interferência nas atividades privadas.
- (B) torna efetiva a vontade das empresas públicas.
- (C) não interfere nas atividades estatais.
- (D) é uma unidade com atribuição específica dentro da organização do Estado.
- (E) é uma unidade com atribuição específica dentro da organização do estado, que possui personalidade jurídica.

Questão 37

Agente Público é aquele que:

- (A) exerce permanentemente, com remuneração, por vontade do Estado, as funções estatais.
- (B) exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.
- (C) exerce função pública, remunerada ou não, a qualquer título, com ou sem nomeação.
- (D) representa o Estado mesmo sem autorização judicial.
- (E) ocupa cargo em comissão, ingressam através de concurso público, por meio de nomeação. Só pode ser exonerado se houver motivação.

Questão 38

Temos como ato administrativo:

- (A) a manifestação bilateral do administrador público que agindo nessa qualidade, tenha por finalidade imediata adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si próprio.
- (B) a manifestação unilateral da administração pública que agindo nessa qualidade, tenha por finalidade imediata adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
- (C) a imposição de obrigações aos administrados.
- (D) a imposição de obrigações aos administrados e aos administradores.
- (E) a manifestação de transparência exigida bilateralmente pelos administradores e aos administrados.

Questão 39

A Lei nº 8.429/92, elenca alguns atos que penalizam os agentes públicos. Além do dano ao erário, temos:

- (A) o enriquecimento ilícito e a violação aos princípios administrativos.
- (B) a violação aos princípios constitucionais.
- (C) a violação ao princípio da publicidade.
- (D) a violação ao princípio da isonomia.
- (E) a violação ao princípio da legalidade.

Questão 40

Dentre os Entes Federados quem têm competência para instituir através de Lei Complementar imposto residual, está (estão):

- (A) o STF.
- (B) a União.
- (C) todos os estados.
- (D) os municípios.
- (E) o Distrito Federal.

Questão 41

Nos atos administrativos se tem o elemento Competência, que é o(a):

- (A) objetivo de interesse público a atingir, decorrente do princípio da impessoalidade.
- (B) revestimento exteriorizado do ato administrativo.
- (C) poder atribuído ao agente para o desempenho específico de suas funções.
- (D) situação de fato ou de direito que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.
- (E) desempenho generalizado de suas funções.

Questão 42

O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, tem por objetivo:

- (A) atuar em prol dos Ministros e do Estado e de seus subordinados.
- (B) atuar em prol do cidadão executando a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros, respeitando a autonomia da instituição.
- (C) atuar em prol das cidades que possuam Plano Diretor.
- (D) atuar em prol das empresas que constituem o Estado de direito do cidadão.
- (E) atuar em prol de todos os políticos eleitos pelo voto direto.

Questão 43

O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de :

- (A) 15.000 habitantes.
- (B) 10.000 habitantes.
- (C) 25.000 habitantes.
- (D) 20.000 habitantes.
- (E) 22.000 habitantes.

Questão 44

São deveres do administrador público, de acordo com a doutrina:

- (A) dever de eficiência, que é a necessidade de tornar a atuação do administrador público mais célere, coordenada e eficiente, ou seja, é o dever da boa administração.
- (B) dever de agir, ou seja, agir sempre em prol do governo, que é a principal instituição da nação.
- (C) dever de probidade administrativa, ou seja, exige que o administrador público atue de forma a dar preferência as exigências do município que representa.
- (D) dever de prestar contas, ou seja, constitui um dever inerente do administrador público a prestação de contas referente à gestão dos bens e interesses da União.
- (E) dever de eficiência, que é a necessidade de tornar a atuação do administrador público mais lenta, coordenada e eficiente, ou seja, é o dever da boa administração.

Questão 45

Temos como conceito de plano de contas para a contabilidade pública:

- (A) o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos de registro de atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis.
- (B) o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos de registro de atos e fatos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis.
- (C) a forma de manter ordenada a escrituração contábil e permitir a elaboração do Balanço Patrimonial e a D.R.E.
- (D) a divisão ordenada dos grupos do ativo, passivo, das despesas e das receitas.
- (E) um ato referencial exigido pela Legislação Fiscal.

Questão 46

Função administrativa é aquela que:

- (A) reflete a jurisprudência Estatal.
- (B) reflete a prestação de contas de um Estado.
- (C) é a única passível de ser exercida por particulares.
- (D) precisa de autorização legal, sob pena de anulabilidade.
- (E) reflete a competência do Estado para aplicar a lei de ofício no caso concreto.

Questão 47

O Conselho Nacional de Justiça foi criado em 2004; segundo prevê a CRFB/88, a principal função do CNJ é controlar a atuação administrativa e financeira :

- (A) do Poder Executivo.
- (B) do Poder Legislativo.
- (C) do Ministério Público.
- (D) para que haja obediência à CRFB/88.
- (E) do Poder Judiciário assegurando que os magistrados cumpram com seus deveres.

Questão 48

A CRFB/88, em seu art. 37, estabelece o seguinte:

- (A) os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (B) os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e individual.
- (C) o servidor público, para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, terá seus valores determinados como se estivesse em exercício.
- (D) para o servidor público a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- (E) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 49

As receitas correntes brutas da União são apuradas levando-se em consideração o mês de referência e os:

- (A) 2 meses anteriores.
- (B) 3 meses anteriores.
- (C) 12 meses anteriores.
- (D) 6 meses anteriores.
- (E) 11 meses anteriores.

Questão 50

A alternativa que apresenta Imposto de competência dos Municípios é:

- (A) ITR – Imposto territorial rural.
- (B) IPI – Imposto sobre produtos industrializados.
- (C) IPTU – Imposto predial e territorial urbano.
- (D) ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.
- (E) IOF – Imposto sobre operações financeiras.

Questão 51

A Lei nº 8.666/93, trata das Licitações. A alternativa que apresenta um conceito correto da referida lei é:

- (A) procedimento administrativo utilizado pelo Poder Público com o objetivo de selecionar a melhor proposta para a celebração de contrato com a Administração pública.
- (B) procedimento administrativo utilizado pelo Poder de polícia com o objetivo de selecionar a melhor proposta para a celebração de contrato com a administração pública.
- (C) procedimento administrativo utilizado para selecionar a proposta mais vantajosa que não necessariamente é a de maior ou melhor preço.
- (D) processo de acompanhamento do princípio da isonomia, permitindo ampla concorrência entre os habilitados.
- (E) processo que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.

Questão 52

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário auxiliam o Estado a aplicar suas atividades de forma justa e ordeira, portanto:

- (A) os três possuem autonomia.
- (B) somente o Executivo possui autonomia.
- (C) cada qual depende do outro para tomar decisões.
- (D) as decisões são tomadas em conjunto.
- (E) para criar leis o Poder Executivo fiscaliza o Poder Legislativo.

Questão 53

A CRFB/88, afirma que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Assim, pode-se afirmar que o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional:

- (A) relatório de suas atividades, anualmente.
- (B) relatório de suas atividades, semestralmente e anualmente.
- (C) relatório de suas atividades, trimestralmente.
- (D) relatório de suas atividades, mensalmente.
- (E) relatório de suas atividades, trimestralmente e anualmente.

Questão 54

A Lei Complementar disporá sobre:

- (A) as finanças públicas e a emissão de títulos do Tesouro Nacional.
- (B) as finanças públicas e os títulos da dívida privada.
- (C) as finanças públicas e os títulos da dívida nacional.
- (D) as finanças e as dívidas com o Mercosul.
- (E) as finanças públicas, a emissão e o resgate de títulos da dívida pública.

Questão 55

Ao final do exercício social, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige, ainda, a publicação de alguns demonstrativos contábeis que evidenciem o(as):

- (A) saldo do fluxo de caixa.
- (B) saldo das contas patrimoniais.
- (C) saldo das contas do resultado.
- (D) disponibilidades de caixa e a inscrição de Restos a Pagar.
- (E) saldo do fluxo de caixa e a inscrição de Restos a Pagar.

Questão 56

O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. São princípios institucionais do Ministério Público:

- (A) a dualidade, a indivisibilidade e a dependência funcional.
- (B) a dualidade, a divisibilidade e a dependência funcional.
- (C) somente a dependência funcional.
- (D) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (E) somente a unidade.

Questão 57

Na Contabilidade Pública temos as Receitas Correntes Líquidas, cujo conceito é:

- (A) somatório das receitas tributárias de um governo, referentes às contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais.
- (B) somatório das receitas tributárias de um governo, referentes às contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, aumentadas dos valores das transferências constitucionais.
- (C) somatório das receitas tributárias de um governo, referentes às contribuições patrimoniais, industriais, e de serviços, aumentadas dos valores das transferências constitucionais.
- (D) somatório das receitas tributárias de um governo, referentes às receitas industriais, e de serviços, aumentadas dos valores das transferências constitucionais.
- (E) somatório das receitas e despesas tributárias.

Questão 58

O princípio contábil do Custo Histórico nos afirma que:

- (A) os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.
- (B) os ativos são reconhecidos pelos valores pagos pelo caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos fossem adquiridos na data das demonstrações contábeis .
- (C) os ativos são mantidos pelos valores em caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em forma ordenada.
- (D) os ativos são mantidos pelo valor presente descontado do fluxo de caixa.
- (E) é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, em uma transação sem favorecimentos.

Questão 59

Um ativo intangível deve ser reconhecido se:

- (A) for improvável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.
- (B) o custo do ativo for mensurado com a tempestividade.
- (C) o custo do ativo for mensurado com confiabilidade.
- (D) se os direitos classificados no intangível forem avaliados monetariamente.
- (E) não houver outro ativo para substituí-lo.

Questão 60

Nos contratos administrativos temos:

- (A) a constituição de um acordo de vontades celebrado entre a Constituição Federal e o particular.
- (B) a constituição de um acordo de vontades celebrado entre a Constituição Federal e a Administração Pública.
- (C) um regime jurídico peculiar chamado de regime jurídico administrativo, com natureza de direito privado
- (D) a constituição de um acordo de vontade celebrado entre a Administração Pública e o particular.
- (E) um regime jurídico particular chamado de regime jurídico administrativo, sem natureza jurídica.